DOI: 10.20396/cel.v68i00.8683049

# ENSINO DE SINTAXE: UMA PROPOSTA DE (RE)ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO À LUZ DA GRAMÁTICA GERATIVA

## SYNTAX TEACHING: REORGANIZING CONTENT THROUGH A GENERATIVE GRAMMAR APPROACH

Ana Carolina Alecrim Benzoni[1]
Sandra Quarezemim[2]

**Resumo:** Na Educação Básica, a organização dos conteúdos do ensino de sintaxe do período simples comumente se dá seguindo a ordem da própria definição em "termos essenciais, integrantes e acessórios da oração". Tal organização, contudo, não dialoga com a estrutura hierárquica dos constituintes de uma sentença e com o conhecimento inato de um falante nativo de PB, o que pode dificultar o processo de aprendizagem desses conteúdos. Nesse contexto, apresentamos uma análise acerca de como os tópicos de análise sintática são abordados em três materiais didáticos de Ensino Médio, partindo do pressuposto de que, embora documentos oficiais proponham uma abordagem reflexiva da linguagem, o ensino de gramática ainda se mantém fortemente ancorado na Gramática Tradicional, com ênfase classificatória e pouca articulação com a competência linguística intuitiva dos estudantes. Como contribuição, o artigo propõe uma reorganização do ensino de sintaxe fundamentada nos princípios da Gramática Gerativa, priorizando noções como sintagma, constituência e estrutura argumental, de modo a alinhar o ensino escolar ao funcionamento cognitivo da linguagem. Defendemos que uma abordagem que considere a gramática internalizada dos estudantes pode favorecer uma apreensão mais assertiva das estruturas sintáticas e, também, um olhar mais reflexivo e crítico acerca das limitações da taxonomia da NGB.
**Palavras-chave:** ensino de sintaxe; hierarquia sintática; gramática gerativa.

**Abstract:** Organizing syntax teaching concepts of simple sentences in Basic Education usually follows the order implied in the definition of obligatory elements, complementation and optional elements. This organization, however, does not reflect either the hierarchical structure of the elements of a sentence or the innate language knowledge of a Brazilian Portuguese speaker. Considering that the aforementioned organization of contents might make learning more difficult, we intend to analyze the way the topics regarding syntax analysis are presented in three High School coursebooks. We assume that, although official documents suggest a language reflexive approach, to a large extent, grammar teaching is actually based on Traditional Grammar, i.e., whereas it emphasizes taxonomy, student's language intuition is neglected. Aiming to contribute to grammar teaching, we present a reorganization of syntax teaching principles, so that, by prioritizing Generative Grammar and its concepts of phrases, constituency and valency, school teaching can be aligned with language cognitive functioning. We believe that an approach which considers internalized grammar might contribute both to a better understanding of syntactic structures and to a more critical perspective on the limitations of Brazilian grammatical terminology.
**Keywords:** syntax teaching; syntactic hierarchy; generative grammar.

[1] Doutoranda em Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. Professora da rede privada de ensino em Sorocaba-SP. ana.alecrimprof@gmail.com <https://orcid.org/0009-0003-6879-2331>.
[2] Professora do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. Bolsista CNPq-1B, processo 313469/2026-1. sandra@cce.ufsc.br <https://orcid.org/0000-0002-8570-5389>

## 1. INTRODUÇÃO

É inegável que, nos últimos 50 anos, o olhar para o ensino de Língua Portuguesa sofreu grandes transformações. Faraco (2015) afirma que, durante as décadas de 1970/80, em virtude do regime militar, instaurou-se nas escolas de educação básica do país um ensino de Língua Portuguesa pautado apenas na exposição e aplicação das regras apresentadas pela gramática normativa. Ao aluno de então cabia, de modo geral, o papel de mero "classificador" de termos e sentenças.

Com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCNs), em 1998, e da Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC), em 2017, houve uma mudança na proposta curricular da Língua Portuguesa, que passou a contar com uma abordagem em que o conhecimento da língua e da gramática deve funcionar como um instrumento necessário para a comunicação, e, por conta disso, seu ensino deve ser permeado de análises textuais em que a gramática está a serviço do texto e/ou da produção de sentido. No entanto, embora alguns materiais didáticos recorram a uma abordagem descritiva da língua, com metodologia indutiva (Tescari Neto; Peregrino, 2019; Tescari Neto, 2025) para auxiliar na construção do conceito a ser abordado, de modo geral, o ensino de gramática na Educação Básica (doravante, EB) ainda é pautado pela Gramática Normativa e pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (doravante NGB) (1959), mantendo seu caráter classificatório e replicador de regras, em que os textos da chamada "análise linguística" funcionam, na maioria das vezes, como um pretexto para apresentação de fenômenos gramaticais de forma isolada[3], sem considerar o conhecimento internalizado que os estudantes já têm sobre o próprio idioma.

Essa abordagem resulta numa apresentação de conceitos que mais dificulta a compreensão dos estudantes do que a torna intuitiva, como observa Duarte (2019) quanto às nomenclaturas e à organização das estruturas sintáticas:

> (...) A clássica tripartição desses termos em "essenciais", "integrantes" e "acessórios" não contribui para uma visão das relações entre os constituintes da oração, além de induzir o aluno a pensar que os chamados "termos essenciais" são mais importantes que os demais. (...). Quanto ao predicado – "tudo aquilo que se diz do sujeito" –, como aplicar a definição, se há orações sem sujeito? (Duarte, 2019, p. 186-7)

Além dessa limitação teórica, a gramática tradicional (doravante, GT)[4] desconsidera, na estruturação do raciocínio da análise sintática, a gramática internalizada do falante (Chomsky, 1965, 1986). Livros didáticos e gramáticas escolares introduzem o tópico de "análise sintática" a partir da bipartição da oração em (1) sujeito e (2) predicado, dando primeiro enfoque ao sujeito e suas classificações para, somente depois, apresentar a transitividade verbal e os complementos dos verbos. No entanto, é consenso entre os gerativistas que uma sentença se estrutura em torno do verbo, que demanda argumentos para saturarem sua grade argumental (Chomsky, 1970).

[3] Acerca das propostas de "análise linguística e semiótica" (PAL/s) como forma de condução e ensino de gramática, defendemos que – ainda que muito pertinentes para evidenciar aos alunos como estruturas linguísticas são importantes na modulação do discurso e na construção de sentido – elas só são viáveis e efetivas quando esses alunos possuem um bom conhecimento prévio consciente (e não internalizado) das estruturas linguísticas analisadas.

[4] Adotamos, aqui, a nomenclatura de Franchi *et al.* (2016).

Em vista disso, e considerando o desafio de ensinar sintaxe no Ensino Básico, este artigo tem como objetivo analisar três livros didáticos voltados ao Ensino Médio: *(i) Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação* (Cereja; Magalhães, 2013), *(ii) Gramática: texto, análise e construção de sentido* (Abaurre *et al.*, 2015*)* e *(iii) Curso prático de Gramática* (Terra, 2019), a fim de verificar se, na proposta de construção da análise sintática, leva-se em consideração o conhecimento internalizado do falante para a apresentação dos conceitos-base da sintaxe escolar;. Após essa análise, este artigo apresenta uma proposta para abordar as funções sintáticas baseada na organização hierárquica dos constituintes como propõe a Teoria Gerativa. Para isso, o texto foi organizado da seguinte forma: na seção 2, os conceitos-chave do modelo teórico que embasa este trabalho são mostrados: a noção de faculdade da linguagem, gramática internalizada, constituintes e as operações sintáticas estruturais da língua; na seção 3, é apresentada uma análise dos materiais didáticos voltados ao ensino médio, com o objetivo de fazer um levantamento sobre a estrutura do ensino de sintaxe proposta por cada um deles; na seção 4, é delineada a proposta que julgamos mais condizente com uma abordagem gerativa; por fim, as considerações finais são tecidas.

## 2. A GRAMÁTICA INTERNALIZADA E A ESTRUTURA DE CONSTITUINTES DE UMA SENTENÇA

Uma das premissas da Teoria Gerativa é a hipótese de que o ser humano tem, por característica distintiva da espécie, a capacidade cognitiva inata de adquirir e usar a linguagem, chamada de Faculdade da Linguagem (Chomsky, 1986). Nesse sentido, as línguas naturais são uma produção exclusiva da espécie humana e resultado de um conjunto de propriedades e operações mentais, como explica Raposo:

> as propriedades essenciais da linguagem são diretamente determinadas por propriedades mentais dos seres que as falam, e que estudar a linguagem humana consiste em estudar determinadas propriedades da mente humana, radicadas em última instância na organização biológica da espécie. (Raposo, 1992, p. 26)

Para Chomsky e outros teóricos gerativistas, o que difere a linguagem humana da linguagem dos outros animais é a propriedade da infinitude discreta, inerente a todas as línguas naturais e representada, no gerativismo, pela noção de recursividade, a capacidade que a mente humana tem de unir palavras ou estruturas presentes no léxico, formando sintagmas que podem ser encaixados a outros sintagmas de forma infinita, como podemos ver em (1):

> (1) A menina disse que o garoto que estava brincando na rua que estava alagada na noite de ontem que ficou muito escura depois da chuva que destruiu a casa do vizinho da minha mãe que tem uma venda na cidade que ganhou o prêmio que foi oferecido pela ONG que se preocupa (...)

Notamos em (1) que poderíamos continuar a frase de forma infinita, encaixando em cada substantivo uma nova sentença relativa. Chomsky diz que o que nos impediria de continuar uma sentença como esta é a incapacidade da memória humana de gravar tantas informações para processá-las, e não uma incapacidade da estrutura linguística de produzir tais enunciados.

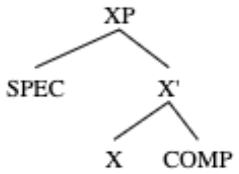
Outra propriedade fundamental das línguas naturais é a hierarquia sintática. Entende-se que, em uma sentença ou enunciado com sentido, os itens linguísticos organizam-se hierarquicamente em sintagmas, que podem se ligar a outros sintagmas e/ou formar constituintes. Sendo assim, a noção de constituinte é fundamental para a compreensão da organização dos termos de uma sentença ao ocupar posições específicas na oração.

Para identificar os constituintes, fazem parte da metodologia da sintaxe gerativa os testes de constituência, "fenômenos gramaticais que têm sua realidade psicológica atestada. Isso quer dizer que os falantes reconhecem, intuitiva e inconscientemente, um constituinte e sabem manipulá-lo." (Othero; Kenedy, 2022, p. 27), ferramenta importante a ser colocada na EB para auxiliar os alunos a compreenderem como os sintagmas de uma sentença se estruturam hierarquicamente[5].

A fim de materializar essa hierarquia sintática, Chomsky propõe alguns modelos de representação estrutural. A Teoria X-Barra, publicada entre as décadas de 70 e 80, que evidencia os preceitos do modelo de Princípios e Parâmetros, e o Programa Minimalista (1995) são as duas abordagens teóricas que fundamentarão este trabalho, no intuito de mostrar como os sintagmas de uma sentença se organizam[6].

Na Teoria X-barra, entende-se que todo item lexical (X) projeta três diferentes níveis estruturais dentro do sintagma de que é núcleo: uma projeção mínima (X), seguida de uma projeção intermediária (X') e uma projeção máxima (XP). A essas projeções podem ser associados, se forem demandados, outros sintagmas, na posição de complemento, quando se unem à projeção mínima, e de especificador, quando se unem à projeção intermediária, conforme representado na árvore abaixo:

*Figura 1: Árvore Teoria X-barra*




Fonte: elaborado pelas autoras

Essa representação binária ajuda a evidenciar a ordem hierárquica de alocação dos sintagmas como constituintes, uma vez que o complemento e o núcleo do sintagma são irmãos e imediatamente dominados pela projeção X', que, por sua vez, é irmã do especificador e ambos são imediatamente dominados pela projeção máxima XP. Entende-se, assim, que primeiro o núcleo do sintagma vincula-se ao seu complemento, chamado de argumento interno, e, depois, esse conjunto vincula-se ao especificador, chamado de argumento externo.

[5] Para saber mais sobre os testes de constituência na Educação Básica, recomendamos a leitura de Franchi *et al.* (2016), Pires de Oliveira e Quarezemin (2016), Tescari Neto (2017), Benzoni e Quarezemin (2024), entre outros.

[6]Os dois modelos trazem análises demasiadamente aprofundadas sobre aspectos como atribuição de caso, valoração de traços, princípio da projeção estendida, marcação excepcional de caso, movimento de constituintes, topicalização e focalização, que não serão contemplados neste trabalho. O recorte de aspectos teóricos feito para este trabalho tem como objetivo fundamentar uma outra ordem de apresentação dos conteúdos de sintaxe do período simples na Educação Básica e, por isso, nosso enfoque recairá sobre as operações que envolvem argumentos e predicadores.

Na sintaxe gerativa, a relação de predicação se estabelece quando um núcleo lexical seleciona outros sintagmas lexicais ou funcionais (como um CP ou um IP). Sendo assim, todo item lexical é um potencial predicador e vai ocupar esse papel quando selecionar sintagma(s) a ocupar(em) as posições de argumento(s) para preencherem sua grade argumental. O predicador atribuirá a esses argumentos um papel temático (papel-θ); essa atribuição determina, por exemplo, que o argumento externo de um verbo – que, geralmente, ocupa a posição de sujeito da sentença – pode ser o agente em (2) ou o experienciador em (3) da ação.

(2) O jogador pegou a bola.
(3) A criança pegou uma gripe.

Em (2), o verbo "pegar" apresenta dois papéis-θ distintos, [agente] e [tema], enquanto em (3), os papéis são [experienciador] e [tema]. Essa propriedade de atribuição de papel-θ não permite, por exemplo, construções como (4): embora o verbo "pegar" apresente dois argumentos, o argumento externo presente na sentença não é licenciado para receber o papel-θ de experienciador.

(4) *O carro pegou uma gripe.

Nos verbos, é essa capacidade de atribuição de papel temático – denominada valência verbal nos estudos semânticos, ou estrutura argumental nos estudos sintáticos – que vai determinar se um verbo é monovalente/monoargumental, ou seja, demanda apenas um argumento, bivalente/biargumental, se demanda dois argumentos (o interno e o externo), ou trivalente/triargumental, se demanda três argumentos (sendo dois internos e um externo).

Além da atribuição de papel-θ, é importante mencionar que, para uma sentença ser gramatical, há também a necessidade de "atribuição" de Caso aos sintagmas nominais. O português não é uma língua que apresenta caso morfológico, marcado por morfemas nas sentenças, mas apresenta caso estrutural: Acusativo – atribuído pelo verbo, Nominativo – atribuído pela marcação de Tempo/modo e Oblíquo – atribuído por preposição.[7] Para algumas linhas teóricas, assume a posição de sujeito de uma sentença o termo que tem valorado o Caso nominativo. Por isso, as definições de sujeito comuns em livros didáticos, como veremos adiante, geralmente não conseguem abarcar todas as ocorrências de sujeito do PB.

Em 1995, Chomsky apresenta uma nova forma de analisar e compreender as representações sintáticas: o Programa Minimalista (doravante, PM). Neste novo modelo, Chomsky propõe duas operações sintáticas responsáveis pela estrutura hierárquica dos sintagmas na sentença: "*merge*" e "*move*"[8]. Através dessas duas operações, as palavras vão se concatenando e se movem para valorar os traços estruturais e semânticos necessários para uma sentença ser bem formada.

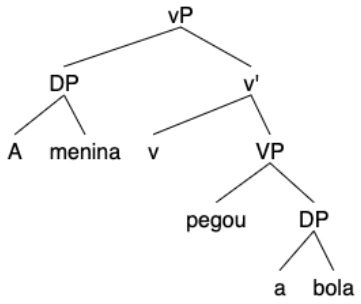
Para o PM, todo item lexical carrega consigo um feixe de traços que podem ser extrínsecos (não definidos no léxico) ou intrínsecos (definidos no próprio léxico). Dentre os traços dos itens lexicais, temos o papel-θ, caso (K), e os traços Φ (traços phi – de concordância). A operação de concatenação ocorre quando dois itens compartilham traços em comum.

[7] Tendo em vista a complexidade e as controvérsias sobre a Teoria do Caso e compreendendo que apresentar uma proposta de ensino na EB que abarque também a Teoria do Caso é impraticável para o momento, não nos aprofundaremos nesta discussão neste trabalho.
[8] "concatenar" e "mover".

Os verbos, por exemplo, trazem intrinsecamente os traços de papel-θ e vão se concatenar com sintagmas para atribuírem esse papel temático. Analisando (5), transcrito abaixo, temos:

(5) A menina pegou uma bola.

*Figura 2: Representação (5) no PM*




Fonte: Elaborado pelas autoras

Neste modelo, a raiz do verbo "pegar" vai se concatenar ao DP [a bola] para atribuir papel-θ; depois, um outro feixe de traços do verbo "pegar", representado por "v", atribuirá o papel de "agente" ao DP [a menina]. Isso ocorre porque o verbo tem papel-θ como um traço intrínseco e o DP [a menina] tem papel-θ como traço extrínseco, a ser "preenchido" pelo verbo. Sendo assim, embora não tenhamos aqui a noção de complemento e especificador, continuamos a verificar a noção de predicação e de estrutura argumental de um item lexical (verbos/adjetivos/substantivos); logo, a relação hierárquica entre os constituintes continua sendo estruturada da mesma forma.

As mesmas operações de estruturação das sentenças mostradas neste artigo em relação aos verbos e seus argumentos são replicadas para outros sintagmas: um substantivo, por exemplo, vai se vincular a um determinante para valorar traços de concordância, ou um adjetivo pode se unir a um substantivo para atribuir papel temático, tornando-se um predicativo.

Esse breve panorama das primeiras operações sintáticas que ocorrem numa sentença com período simples, quer seja pelo modelo X-Barra (Teoria de Princípios e Parâmetros), quer seja no Minimalismo, evidencia que o centro de uma sentença é o verbo, que vai demandar argumentos para ter sua grade argumental completada; da mesma forma, um adjetivo pode ocupar a posição de predicativo, quando atribuir papel-θ a um, por exemplo, substantivo, e isso o diferenciará do adjetivo que exerce a função de adjunto adnominal.

Considerando que tanto o modelo X-Barra quanto o Minimalismo pretendem apresentar uma representação abstrata das operações que ocorrem na Língua-I e na nossa gramática internalizada e sabendo que essas representações evidenciam uma relação hierárquica entre os termos de uma sentença, entendemos que um ensino de sintaxe que organize a ordem de apresentação dos conceitos a partir da ordem da estrutura internalizada da frase (partindo de seu núcleo verbal) pode auxiliar os estudantes a se apoiarem na sua gramática internalizada para a elaboração das operações sintáticas. Tendo isso em vista, na próxima seção, vamos apresentar a descrição das obras didáticas selecionadas para análise deste artigo, a fim de verificar como cada obra conduz a abordagem da sintaxe do período simples no Ensino Médio.

## 3. A ANÁLISE SINTÁTICA DO PERÍODO SIMPLES NOS MATERIAIS DIDÁTICOS VOLTADOS AO EM

É indiscutível que o material didático é uma ferramenta importante no planejamento e condução das aulas na Educação Básica. Ele atende a diretrizes nacionais como as exigidas pela BNCC e serve de apoio a professores. Diante disso, compreende-se que o material didático acaba, muitas vezes, por definir a sequência em que os conceitos linguísticos e gramaticais são apresentados aos alunos, bem como seu nível de aprofundamento e, em alguns casos, estratégias de abordagem.

A BNCC contempla, no componente curricular de Língua Portuguesa, o eixo de "análise linguística e semiótica". Pertencem a esse eixo as habilidades relacionadas ao ensino de gramática: "reconhecer", "identificar" e "classificar" estruturas morfológicas e/ou sintáticas. Se, no Ensino Fundamental II, o documento oficial determina os objetos de conhecimento a serem abordados, no Ensino Médio, as habilidades de análise linguística são mais amplas, pois citam a análise morfossintática sem determinar objeto de conhecimento específico.

De todos os tópicos gramaticais a serem ensinados aos alunos, a análise sintática é a que representa o maior desafio, aquele em que os alunos tendem a ter mais dificuldade. Muitos estudantes, ao chegarem ao Ensino Médio, lembram-se de nomes como 'sujeito' ou 'verbo transitivo direto' com certa aversão, alegando que se trata de tópicos muito difíceis e "sem nenhuma lógica"[9].

Se o ensino da sintaxe fosse pautado exclusivamente na gramática normativa, com prescrição de regras muito distantes daquelas que usamos no Português Brasileiro Vernacular, poderíamos alegar que o problema deste tópico residiria em não se apoiar em exemplos pertencentes ao cotidiano dos estudantes. No entanto, a abordagem da sintaxe pauta-se mais na gramática descritiva do que na gramática normativa, preocupando-se em descrever como as palavras ocupam funções nas orações e como a NGB as classifica. Sendo assim, ainda que a NGB não dê conta de todos os fenômenos linguísticos que produzimos – a exemplo dos verbos transitivos circunstanciais (Rocha Lima, 2019)[10] - era de se esperar que os estudantes pudessem compreender a lógica sintática por trás da classificação, uma vez que a estrutura da língua faz parte da gramática internalizada de todo falante, como afirmam Franchi *et al.*:

> Gramática internalizada corresponde ao saber linguístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela sua própria dotação genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica.
> Saber gramática não depende, pois, em princípio, da escolarização ou de quaisquer processos de aprendizado sistemático(...) (Franchi *et al.*, 2016, p. 25)

A dificuldade da análise sintática pode residir, então, na forma e na ordem de apresentação desses conteúdos. Para verificar essa hipótese, delimitamos a análise de um *corpus* de natureza qualitativa, constituído por três obras voltadas ao Ensino

[9]Aspectos vivenciados por uma das autoras ao longo dos anos de docência da Educação Básica e também compartilhados por demais professores em conversas informais, corredores de escola e grupos de formação frequentados durante esses anos de docência.

[10] Citamos, como exemplo, "morar" e "ir", classificados pela GN como intransitivos, embora não tenham sua significação completa sem o complemento circunstancial.

Médio[11], com o propósito de verificar como cada uma organiza os conteúdos relativos à sintaxe do período simples. Essa seleção atendeu a três critérios: (i) obras destinadas ao Ensino Médio e não seriadas; (ii) obras que apresentam, de modo explícito e estruturado, o trabalho com a análise sintática de período simples; (iii) obras de relevância editorial e ampla aceitação nas escolas. Além disso, os títulos foram escolhidos em virtude da proposta didática: Cereja e Magalhães (2013) têm uma proposta de gramática reflexiva e textual; já Abaurre *et al*. (2015) apresentam uma abordagem de análise linguística e construção de sentido, enquanto Terra (2019) tem uma proposta de caráter mais prático-normativo. As edições analisadas são aquelas disponíveis no mercado editorial no momento da realização deste trabalho e, por isso, adotadas nas escolas. A análise ficou restrita à seção dedicada à sintaxe do período simples, uma vez que o raciocínio sintático necessário para a análise do período composto é semelhante ao do período simples.

### 3.1 Gramática Reflexiva

O livro é um volume único para ser usado nas três séries do Ensino Médio e a unidade 4, destinada à sintaxe, conta com 14 capítulos, sendo seis deles voltados à análise sintática do período simples, conforme mostra o quadro (1) abaixo.

Quadro 1 - Organização do conteúdo em Cereja; Magalhães (2013)

| Capítulo | Conteúdos abordados |
|---|---|
| Cap. 17 | Morfossintaxe, frase, oração, período, sujeito e predicado |
| | Predicado e predicação verbal |
| Cap. 18 | Objeto direto, indireto e adjunto adverbial |
| Cap. 19 | Predicativo do sujeito e do objeto; tipos de predicado |
| Cap. 20 | Tipos de sujeito |
| | Vozes verbais e agente da passiva |
| Cap. 21 | Adjunto adnominal e complemento nominal |
| Cap. 22 | Aposto e vocativo |

Fonte: Elaborado pelas autoras

Na análise do ensino de sintaxe, uma das questões que vale problematizar é a definição dada para "sujeito". Nesse livro, os autores recorrem a um critério semântico e a um critério sintático "(...) sujeito é aquilo de que se fala, ou seja, o assunto, ou o agente da ação verbal. De acordo com o critério sintático, o sujeito é o termo da oração que concorda com o verbo" (Cereja; Magalhães, 2013, p. 217, grifo nosso). Vale ressaltar, aqui, que, ainda que a obra contemple que a definição de sujeito não pode ser dada apenas com base em critérios semânticos, a explicação grifada não condiz com o mecanismo sintático que ocorre na língua, pois é o verbo que concorda com o sujeito, valorando traços de número e pessoa de acordo com aqueles traços presentes no sintagma a ocupar a posição de sujeito. Além disso, o critério semântico trazido pelos autores não explica construções como o dado (3) "A criança pegou uma gripe", apresentado na seção anterior. Essa definição semântica de que "sujeito é o agente", além de incompleta, pode induzir o estudante a equívoco de análise em sentenças cujo sujeito recebe papel-θ de experienciador ou em sentenças de voz passiva.

[11] A escolha pela análise das obras do Ensino Médio em detrimento do Ensino Fundamental deve-se ao fato de que as obras didáticas do Ensino Fundamental seguem a ordenação prevista na BNCC, além de serem seriadas, o que impede o professor de adotar a proposta que faremos adiante.

O trabalho com o predicado começa com a definição "o termo da oração que geralmente apresenta um verbo; pode dizer algo a respeito do sujeito" (Cereja; Magalhães, 2013, p. 219); e, na sequência, a apresentação da predicação verbal, iniciando pelos verbos de ligação e dividindo os verbos significativos em dois grandes grupos: "intransitivos" e "transitivos", sem subdividir os transitivos em direto e indireto. Os complementos verbais, em vez de de serem apresentados junto com a predicação, são matéria do capítulo 18, junto com os adjuntos adverbiais. O título desse capítulo dá a entender que os três termos têm a mesma equivalência hierárquica, ainda que não apresente uma discussão sobre os transitivos circunstanciais, que, embora não estejam contemplados na NGB, são estruturas comuns na língua e suscitam dúvidas quanto à sua classificação. Além disso, o capítulo não considera o sujeito como um termo demandado pelo verbo.

Outro aspecto que merece atenção de nossa análise é a apresentação dos tipos de sujeito antes das vozes verbais, ambos no cap. 20, uma vez que a voz passiva sintética apresenta estrutura visualmente semelhante à dos sujeitos indeterminados com partícula "se". Assim, essa interdependência de conceitos evidencia que a ordem [tipos de sujeito → voz passiva] esbarra na falta de pré-requisito do aluno para compreender o sujeito indeterminado formado pela partícula "se".

Já o título do cap. 21 leva os estudantes a pensarem que os predicativos não estão ligados ao nome, além de colocar o complemento nominal (um argumento dos substantivos) na mesma relação hierárquica que os adjuntos adnominais.

Como é possível observar, a obra não estrutura os conceitos apresentados em uma sequência que dialogue com a hierarquia sintática dos constituintes, o que contribuiria para a construção de um raciocínio sintático mais lógico e próximo da estrutura natural do PB. Além disso, a sequência proposta também esbarra em entraves de pré-requisitos conceituais dentro da própria GT. Vale ressaltar também que, nesse livro, os autores não trazem o conceito de sintagma e de constituinte e não distinguem adjunto adnominal de predicativos, aspecto essencial para diferenciar um predicado verbal de um verbo-nominal.

### 3.2 Gramática: texto, análise e construção de sentido

O livro é um volume único dividido em três partes. A sintaxe de período simples e composto encontra-se na parte III, em teoria, destinada ao terceiro ano do EM. Esse módulo tem 10 capítulos e apenas um deles é destinado à sintaxe do período simples, cujo conteúdo apresenta-se organizado conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Organização do conteúdo em Abaurre *et al*. (2015)

| Capítulo | Seção | Conteúdos abordados |
|---|---|---|
| 21 - Introdução à sintaxe | | Sintaxe e sintagma |
| 22 - Sintaxe período simples | Seção sujeito | Definição e tipos de sujeito |
| | Seção predicado | Predicado e transitividade verbal |
| | Tipos de predicado | Predicado verbal, nominal e verbo-nominal |
| | Complementos verbais | Objeto direto, indireto, preposicionado e pleonástico |
| | Agente da passiva | Definição e retomada das vozes verbais |
| | Adjuntos | Adjunto adnominal e adverbial |
| | Final do capítulo | Aposto e vocativo |

Fonte: Elaborado pelas autoras

O material traz, no capítulo 21, a definição de sintaxe e apresenta o conceito de sintagma como "unidades mínimas entre as quais se estabelece uma relação de determinação. Em uma relação sintagmática, um dos elementos modifica ou determina o outro, especificando-o de alguma maneira" (Abaurre *et al.*, 2015, p. 376). Contudo, embora o conceito de sintagma apareça no livro, as autoras não o retomam como ferramenta para auxiliar os alunos em suas análises.

A sequência proposta pelas autoras começa pela definição de sujeito, "o termo com o qual o verbo da oração concorda em número e pessoa" (Abaurre *et al.*, 2015, p. 384), seguida dos tipos de sujeito. Ao apresentar o sujeito indeterminado pela partícula "se", as autoras citam a transitividade verbal como critério de identificação, ainda que esse conceito não tenha sido trazido aos alunos, uma vez que ele será apresentado[12] – sem os seus complementos – na próxima seção do capítulo, logo após a definição de predicado.

Junto com a noção de predicado, vem a apresentação da transitividade verbal, sem, contudo, abordar os complementos verbais e, na sequência, apresentam-se os três tipos de predicado. Vale apontar, aqui, que a sequência escolhida pelas autoras não favorece a compreensão da lógica sintática, uma vez que os estudantes se deparam com a classificação do predicado nominal e verbo-nominal sem terem, antes, analisado e compreendido a estrutura do verbo de ligação e dos predicativos. Além disso, é comum os alunos confundirem predicativos com adjuntos adnominais, por serem funções que geralmente têm natureza adjetiva e modificam substantivos, mas ainda assim o espaço destinado à descrição e construção do conceito no capítulo é restrito.

Já na definição de agente da passiva, há um box "lembre-se" que retoma o conceito de vozes verbais (trabalhado no volume anterior). Esse box mostra que as vozes verbais foram trabalhadas antes da transitividade, embora o conhecimento de transitividade seja pré-requisito para compreender as vozes verbais dentro da própria NGB, já que a transposição da ativa para a passiva demanda análise da transitividade do verbo, o reconhecimento do sujeito e do objeto direto.

Por fim, as autoras definem os adjuntos adnominais e adverbiais, também sem fazer menção à distinção entre adjuntos adnominais e predicativos, nem propor uma discussão sobre os verbos transitivos circunstanciais.

### 3.3 Curso prático de gramática

O livro é um volume único para ser usado nos três anos do Ensino Médio. A parte destinada à sintaxe é composta de 08 capítulos e 03 deles abordam a sintaxe do período simples, conforme mostra o quadro abaixo:

[12]Em teoria, a análise sintática no EM é revisional, uma vez que a BNCC prevê que os conteúdos sintáticos sejam trabalhados no Fundamental II; ainda assim, reiteramos que não podemos partir do pressuposto – para elaborar um material didático – de que o conhecimento da matéria seja pré-requisito. Espera-se, no Ensino Médio, que o conteúdo seja retomado e aprofundado com estruturas sintáticas mais complexas, como os sujeitos indeterminados por "se" e o predicativo do objeto, mas não é possível partir da premissa de que os alunos, todos, já saberão as transitividades antes de revisarem a matéria.

Quadro 3 - Organização do conteúdo em Terra (2019)

| Capítulo | Conteúdos abordados |
|---|---|
| 12 | Frase, oração, período, sujeito e predicado |
| | Tipos de sujeito |
| | Predicação verbal (intransitivos, transitivos, ligação) |
| | Verbos transitivos circunstanciais |
| | Predicativos do sujeito e do objeto |
| 13 | Complementos verbais e agente da passiva |
| | Complemento nominal |
| 14 | Adjunto adnominal e adverbial |
| | Aposto e vocativo |

Fonte: Elaborado pelas autoras

Vemos que este material apresenta, no capítulo 12, os conceitos de sujeito e predicado, seguidos de tipos de sujeito para, somente depois, abordar a transitividade verbal. Ao trazer o conceito de sujeito, a obra faz uso de critério semântico: "elemento a respeito do qual se informa algo. O sujeito normalmente pode ser substituído por um pronome pessoal" (Terra, 2019, p. 209). Ao fazer referência ao teste de pronominalização nessa definição, temos a impressão de que esse teste evidencia uma característica exclusiva do sujeito e não de um constituinte, podendo induzir os estudantes a um erro de classificação.

O conceito de predicado também não leva em consideração critérios sintáticos – "predicado é a informação propriamente dita" (Terra, 2019, p. 209) –, o que pode gerar a interpretação de que uma sentença sem verbo será vazia de informação. Além disso, o livro apresenta os tipos de sujeito (descrevendo, inclusive, o sujeito indeterminado pela partícula "se") e vozes verbais (abordadas na seção de morfologia, no cap. 10) sem antes ter abordado a noção de transitividade verbal.

Dentre os materiais analisados, esse é o único volume que faz menção aos transitivos adverbiais com citação direta a Rocha Lima: "Na NGB, tais verbos são chamados intransitivos por não exigirem complemento verbal (...) Melhor seria chamá-los transitivos circunstanciais, como faz Rocha Lima (...)" (Terra, 2019, p. 219), embora não apresente mais discussões a respeito do fenômeno.

Como podemos verificar com a descrição dessas três obras, não há uma sequência única de apresentação dos conceitos de sintaxe e, embora a GT divida as funções sintáticas em termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios, as relações sintáticas que se estabelecem entre esses termos são tão intrínsecas que a compreensão de alguns tópicos depende de conceitos nem sempre trabalhados previamente. Por exemplo, os tipos de sujeito só podem ser compreendidos na totalidade depois que se sabe identificar vozes verbais e essas, por sua vez, só podem ser analisadas depois que se reconhece a noção de sujeito, de transitividade e os complementos verbais. Ainda assim, dois dos três autores citados trazem o conteúdo de vozes verbais antes de os alunos aprenderem transitividade verbal, ou separam a transitividade verbal dos seus complementos e do sujeito, como se este último não tivesse relação argumental com o verbo. Ou, ainda, não abordam as diferenças estruturais entre as funções sintáticas como adjunto adnominal e predicativo.

A nosso ver, a ordem da disposição dos conceitos nas três obras não considera a estrutura interna da língua e é, por isso, contraintuitiva para os alunos; sendo assim, apresentamos, na próxima seção, uma proposta de ordenação dos conteúdos que aborda a sintaxe do período simples a partir da premissa de estruturação hierárquica da gramática gerativa.

## 4. UMA PROPOSTA DE ENSINO DE SINTAXE À LUZ DA GRAMÁTICA GERATIVA

Como já defendemos, uma proposta de ensino de sintaxe que leve em consideração a gramática internalizada antes da NGB pode auxiliar os estudantes a compreenderem como, de fato, se estruturam os sintagmas em uma sentença. Sendo assim, entendemos que, antes de apresentar a nomenclatura da GT, com todos os detalhes e diferenciações necessárias às diversas classificações que ela apresenta, é preciso que os estudantes reflitam sobre como as sentenças são formadas, ou seja, como os termos de uma sentença se organizam em sintagmas que formarão as orações.

A Teoria Gerativa defende que a sintaxe opera com sintagmas, a fim de estabelecer, entre eles, uma relação hierárquica que atenda à estrutura da língua. Sendo assim, a relação entre sujeito-verbo-complemento, entre predicador e sujeito ou entre núcleo e adjunto não é arbitrariamente definida por um conjunto de regras taxonômicas. É, antes, uma operação que se estabelece de modo intrínseco nas línguas. É sob essa perspectiva que propomos que o ensino de sintaxe esteja ancorado nas operações demandadas pelos próprios termos, respeitando a hierarquia natural das línguas. Essa abordagem pode mostrar aos alunos que uma oração ou sentença é "organizada" pelo nosso dispositivo sintático através de "encaixes de sintagmas", e que esse "encaixe" não é feito em ordem aleatória.

Desse modo, propomos que o percurso dos conteúdos seja apresentado da seguinte forma:

Quadro 4 – Proposta de reorganização da sequência de conteúdos abordados no ensino de sintaxe

| Conteúdo | divisão |
|---|---|
| 1. A noção de sintagma e constituinte | a. testes de constituência |
| 2. Frase, oração, período | |
| 3. Verbos intransitivos, transitivos e seus complementos, verbos de ligação e o predicativo do sujeito. | a. estrutura argumental/valência verbal<br>b. apresentar a noção de sujeito como uma demanda do verbo<br>c. explorar o conceito de papel-θ como ferramenta de identificação de sujeito e objetos<br>d. adjunto adverbial e os verbos transitivos circunstanciais |
| 4. Vozes verbais | a. diferenciar sujeito agente/beneficiário de voz ativa e passiva<br>b. transposição de vozes verbais<br>c. agente da passiva<br>d. estrutura de passiva sintética |
| 5. Termos vinculados ao nome | a. adjunto adnominal<br>b. complemento nominal<br>c. predicativo do objeto |

| | |
|---|---|
| 6. Tipos de sujeito | a. simples, composto, desinencial<br>b. indeterminado<br>c. oração sem sujeito |
| 7. Tipos de predicado | a. predicado nominal<br>b. predicado verbal<br>c. predicado verbo-nominal |

Fonte: Elaborado pelas autoras

O ordenamento de conteúdos apresentado acima foi pensado a partir da lógica de operações propostas pela sintaxe gerativa, mas mantendo a nomenclatura e todo o conteúdo já abordado pela GT nos livros didáticos. Não é nossa ideia defender o ensino de linguística gerativa na EB, mas partir de seus pressupostos teóricos para auxiliar os estudantes, falantes nativos de PB, a compreenderem como a sua língua materna funciona e, assim, conseguirem se apropriar da taxonomia da GT, fazendo as críticas necessárias à sua incompletude.

Por isso, nossa proposta começa com a noção de sintagma e os testes de constituintes. É importante que os alunos se apropriem do conceito de sintagma para avaliar melhor os termos analisados. Já os testes de constituência são ferramentas fundamentais para identificar se sintagmas são constituintes, e podem ser usados na Educação Básica para auxiliar os jovens a diferenciarem, por exemplo, um adjunto adnominal de um predicativo, ou, ainda, compreenderem como as relações entre constituintes estão ligadas às ambiguidades estruturais de uma sentença.

Depois, entramos com a noção de frase, oração e período, para que os alunos consigam compreender que as relações sintáticas devem ser analisadas ao redor dos núcleos de cada oração, que são, à exceção dos verbos de cópula, os próprios verbos. Na sequência, inicia-se a análise do período simples pelo núcleo verbal. Aqui, a ideia é evidenciar primeiro a estrutura argumental dos verbos, mostrando aos alunos que tanto a presença do sujeito quanto a presença dos objetos são uma demanda estrutural/de valência verbal[13]. Essa compreensão torna mais simples a análise de orações sem sujeito e dos verbos intransitivos como verbos que demandam sujeito. Juntamente com a estrutura argumental dos verbos, faz-se necessário trazer à discussão os conceitos de sujeito e objeto; fica a cargo do professor avaliar se é válido usar primeiro a nomenclatura de argumentos e, depois, apresentar a definição de sujeito sintático como o sintagma com o qual o verbo concorda e dos objetos[14].

Na esteira da discussão dos verbos nocionais e seus argumentos, cabe apresentar o conceito de adjunção, em oposição à complementação verbal. Sendo assim, a função de adjunto adverbial deve ser apresentada junto com os objetos para que os estudantes percebam a diferença que existe entre eles numa relação de hierarquia/papel temático/demanda. Aqui, vale a proposição da discussão dos verbos transitivos adverbiais (Rocha Lima, 2019) e uma reflexão sobre a incompletude da NGB. Junto com os verbos nocionais, é importante abordar os verbos de ligação (ou de cópula), bem como o predicativo do sujeito, evidenciando que, em frases com

[13]Foge ao escopo deste trabalho abordar metodologias para trabalhar cada um desses tópicos, mas podemos sugerir, por exemplo, que a abordagem da estrutura argumental dos verbos fosse feita a partir de sentenças elaboradas pelos próprios alunos em contraposição a sentenças agramaticais, criadas pelo professor, ressaltando, assim, a importância do 'dado negativo' na reflexão linguística (Pires de Oliveira, 2010).

[14] Reforçamos que não há necessidade de um aprofundamento nas noções de valência verbal e papel-θ; elas devem ser usadas não como um conteúdo a mais, mas como uma ferramenta que explica por que em sentenças como (a) e (b) o sujeito não faz a ação verbal.

(a) O prato quebrou.

(b) Ele recebeu um bilhete.

verbo de cópula, o núcleo será o predicativo, por ser ali veiculada a informação sobre o sujeito.

Assim que compreendida a transitividade verbal e discutida a ideia de que a modalidade do sujeito (agente/paciente) não está vinculada à estrutura verbal, podem-se apresentar as vozes verbais. Muitos materiais didáticos, como dois dos analisados, trabalham vozes verbais junto com o ensino dos verbos, na morfologia. Entendemos que essa ordem não é a mais efetiva, pois os alunos, no estudo morfológico dos verbos, não lidam com a natureza de sua predicação. Não nos compete discutir neste trabalho se é necessário ou mesmo importante abordar tanto a voz passiva sintética quanto a voz passiva analítica; no entanto, na nossa proposta, ambas podem ser trabalhadas neste momento da condução das aulas. Há, inclusive, espaço para a discussão sobre a modalidade de sujeito agente x agente da passiva com a possibilidade de evidenciar em termos estruturais a posição de cada um deles na sentença e por que o agente da passiva não pode ser o sujeito da oração.

Os termos ligados aos nomes – à exceção do predicativo do sujeito, que foi apresentado anteriormente – devem ser apresentados em sequência. A noção de sintagma e constituinte será importante para que os estudantes compreendam, por exemplo, a diferença entre o adjunto adnominal e o predicativo do objeto.

Somente depois que eles compreenderem como se estabelecem as relações sintáticas entre os termos que compõem o predicado e entre os termos que compõem o sujeito é que sugerimos a apresentação da classificação dos tipos de sujeito e tipos de predicado. Ambas só fazem sentido se os estudantes já se apropriaram de conhecimentos prévios que, pela divisão tradicional dos conteúdos, nem sempre foram trabalhados, como vimos nos livros analisados na seção 3.

Desse modo, para compreender o sujeito indeterminado, à luz da GT, o aluno precisa reconhecer as vozes verbais (passiva sintética) e a transitividade verbal; para compreender oração sem sujeito, ele precisa entender que não faz parte da grade do verbo uma manifestação lexical de sujeito, um "quem", se considerarmos que o sujeito recebe caso "nominativo", como em (6):

(6) Havia muitos papéis no chão. – oração sem sujeito

Da mesma forma, para que ele consiga identificar o tipo de predicado, ele precisa conhecer os predicativos e os verbos nocionais, além de ser capaz de diferenciar os predicativos dos adjuntos adnominais, como em (7), (8) e (9).

(7) Eles compraram a camiseta manchada ontem.
(8) Eles consideram a prova difícil.
(9) Eles encontraram a camisa manchada.

Dentre os exemplos acima, apenas em (7) o adjetivo é um adjunto adnominal e, por isso, pertence ao mesmo sintagma do objeto, e o predicado será verbal. Em (8), temos um predicativo do objeto, que se mantém na oração com a retirada do núcleo do objeto, então o predicado é verbo-nominal. Já em (9) temos uma sentença ambígua: é possível compreender que [manchada] é um predicativo do objeto, configurando-se como o estado em que estava a camisa quando foi encontrada, ou um adjunto adnominal, evidenciando uma característica da camisa perdida. O trabalho com a ambiguidade de (9) fica mais fluido se os alunos já têm como conhecimento prévio os conceitos de constituinte, adjunto adnominal e predicativo. Sendo assim, faz mais sentido abordar toda a estrutura sintática da sentença para, somente depois, apresentar a classificação do sujeito e do predicado.

Recorrer à ordem de ensinar primeiro a grade estrutural e temática dos verbos com seus argumentos, discutir a lógica do predicativo do sujeito demandando o sintagma nominal, sendo ligado a ele por um verbo, e seguir, depois, para os termos adjuntos, passando, por fim, para a complementação nominal, pode auxiliar os alunos a compreenderem aquilo que chamamos de análise sintática. A sequência aproxima-se das estruturas internas feitas pelos nossos operadores sintáticos e nosso conhecimento internalizado, como a capacidade de compreender os argumentos verbais e nominais, além da interpretação semântica.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso propósito, com este artigo, não foi questionar a GT ou a NGB, nem defender a ideia de que deveríamos "abandonar a gramática tradicional" e adotar um ensino gerativista nas escolas. Ao contrário, defendemos, por ora pelo menos, a manutenção da GT na EB e reconhecemos sua importância. O que desejamos, com este artigo, é viabilizar uma forma mais intuitiva e concatenada de abordar os conteúdos sintáticos à luz daquilo que orienta a gramática gerativa: nosso conhecimento internalizado, a intuição do falante.

Como educadores da área da língua portuguesa, precisamos repensar se o "difícil" a que muitas pessoas associam a própria língua materna não decorre da artificialidade com que algumas estruturas intuitivas são explicadas. Sendo assim, nosso percurso – de explicar apenas as operações básicas da Teoria de Princípios e Parâmetros e mostrar que, embora tenham explicações e propostas diferentes, elas também estão na estrutura do Programa Minimalista – tem o objetivo de mostrar como essas operações podem guiar nossa lógica de sequências de conteúdos a serem ensinados aos estudantes da Educação Básica.

Antes de apresentarmos a proposta, analisamos três livros didáticos destinados ao Ensino Médio e pudemos verificar que dois deles seguem a divisão estrutural da GT, que aborda os termos sintáticos na ordem: termos essenciais, integrantes e acessórios, criticada por Duarte (2019) exatamente por não atender à realidade da estruturação da língua. Além disso, vimos que a ordem de alguns conteúdos pode dificultar a compreensão da matéria por demandarem conceitos que serão explicados futuramente, como o sujeito indeterminado, a voz passiva e a transitividade verbal.

Diante disso, tomamos o cuidado de apresentar um ordenamento lógico dos conteúdos a serem ministrados, semelhante às operações mentais que já fazemos ao construir sentenças. Sendo assim, primeiro propomos a apresentação das estruturas argumentais dos verbos, fazendo com que os estudantes busquem seu conhecimento internalizado para compreender a demanda de objetos e, somente depois, a introdução das classificações mais tradicionais e as relações de adjunção.

Embora não se espere que a Educação Básica apresente aos alunos a noção de *língua-E* e *língua-I*, é importante propor a discussão de que nem tudo o que produzimos como falantes é explicado pela Gramática Normativa e de que eles trazem, em si, os conhecimentos necessários para avaliarem os principais fenômenos que ocorrem dentro da hierarquia sintática. O que propomos neste artigo é a ideia de um ensino de sintaxe que mostre aos alunos que eles já são dotados do raciocínio necessário para compreender as estruturas linguísticas de sua própria língua materna.

## REFERÊNCIAS


ABAURRE et. Al. **Gramática: texto, análise e construção de sentido**. São Paulo: Moderna, 2015.

BENZONI, A.; QUAREZEMIN, S. A abordagem científica no ensino de gramática na educação básica: problem sets e teoria gramatical na investigação de verbos transitivo-predicativos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 66, n. 00, p. e024017, 2024. DOI: 10.20396/cel.v66i00.8676984. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8676984. Acesso em: 7 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Nomenclatura Gramatical Brasileira. Rio de Janeiro: 1959. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf. Acesso em 07 abr. 2026.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF: MEC, 1998.

CEREJA, W; MAGALHÃES, T. **Gramática reflexiva:** texto, semântica e uso. São Paulo: Atual, 2013.

CHOMSKY, N. **Aspects of the Theory of Syntax**, MIT Press. Tradução francesa, 1971, Paris: Editions du Seuil. 1965.

CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R. A.; ROSENBAUM, P. S. (orgs.). **Readings in English transformational grammar**. Waltham, MA: Ginn, 1970. p. 184-221.

CHOMSKY, N. **Knowledge of Language:** Its Nature, Origin, and Use**.** NY: Praeguer, 1986.

CHOMSKY, N. **Programa Minimalista**. Tradução de Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1995.

DUARTE, M. Termos da Oração. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. **Ensino de gramática**: descrição e uso. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 185-203.

FARACO, C. Desde quando somos normativos? in: VALENTE, A. (org.): **Unidade e variação na língua portuguesa**: suas representações. São Paulo: Parábola, 2015.

FRANCHI *et al*. **Mas o que é mesmo "gramática"?** São Paulo: Parábola, 2016.

OTHERO, G. A.; KENEDY, E.. **Para Conhecer Sintaxe.** São Paulo: Contexto, 2022.

PIRES DE OLIVEIRA, R. **A linguística sem Chomsky e o método negativo**. ReVEL, v. 8, n. 14, 2010.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; QUAREZEMIN, S. **Gramática na escola**. Petrópolis: Vozes, 2016.

RAPOSO, E. **Teoria da Gramática: A faculdade da linguagem**. Caminho coleção universitária. 1992.

ROCHA LIMA, **Gramática normativa da língua portuguesa**. 55ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.

TERRA, E. **Curso Prático de Gramática**. São Paulo: Scipione, 2019.

TESCARI NETO, A. Constituência sintática, ambiguidade estrutural e aula de português: o lugar da teoria gramatical no ensino e na formação do professor. **Working Papers em Linguística**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 129-152, 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). http://dx.doi.org/10.5007/1984-8420.2017v18n2p129. Acesso em 08 abr. 2026.

TESCARI NETO, A.; PERIGRINO, M. O verbo e o substantivo em livros didáticos: contribuições da gramática gerativa às aulas de português. **Revista da ABRALIN**, *[S. l.]*, v. 17, n. 1, p. 152–191, 2019. DOI: 10.25189/rabralin.v17i1.486. Disponível em: https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/486. Acesso em: 8 abr. 2026.

TESCARI NETO, A. **Gramática e formação de professores de Língua Portuguesa**. Campinas: Editora da Unicamp, 2025.



Recebido: 1/4/2026
Aceito: 16/9/2026
Publicado: 21/9/2026